



ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Extinção forçada das fundações autárquicas viola autonomia local

A denúncia partiu da Associação Nacional de Municípios: a intervenção nas fundações autárquicas é uma “clara e objectiva” violação da autonomia local. Os especialistas estão de acordo e consideram que há sérios riscos de o Governo estar a passar um sinal vermelho, contrariando a Constituição

BRUNO SIMÕES E FILOMENA LANÇA brunosimoes@negocios.pt

A intervenção que o Governo quer fazer nas fundações autárquicas, que, sob ameaça de cortar as transferências orçamentais, obriga as câmaras a extingui-las ou a reduzir os apoios, é inconstitucional porque viola a autonomia local. A acusação é da Associação Nacional de Municípios (ANMP) no parecer elaborado a propósito do Orçamento do Estado (OE) para 2013, e entre os especialistas ouvidos pelo **Negócios**, a maioria dá razão aos autarcas. Este é o terceiro diploma a afectar as autarquias sob o qual pairam dúvidas de inconstitucionalidade.

A proposta de OE entregue pelo Governo no Parlamento estipula que todas as transferências para as fundações estão dependentes do parecer do ministro das Finanças – um parecer que só pode ser concedido se se tiver cumprido a proposta do Governo quanto à extinção ou redução do financiamento. Caso se transfiram verbas sem respeitar estas regras, elas são retidas nas transferências do OE. Estas normas aplicam-se a vários serviços e entidades do Estado, incluindo as autarquias.

Para os autarcas, “a introdução destas regras é clara e objectivamente violadora da autonomia das autarquias locais, constitucionalmente consagrada, sendo tais normas inequivocamente inconstitucionais”, lê-se no parecer da ANMP à proposta do OE, que já foi enviado para os grupos parlamentares.

Para o constitucionalista Bacelar Gouveia, esta “é mais uma acha para a fogueira e mais um argumento para que o OE seja sujeito a uma fiscalização preventiva da constitucionalidade”. Na sua opinião, não há dúvidas de que o Governo pisou o risco ao estabelecer limitações às transferências para as fundações por parte, nomeadamente, das autarquias locais. “O Estado não pode interferir na gestão que os municípios fazem das suas despesas e orçamentos”, destaca, confirmando a violação do princípio da autonomia local, consagrado na Constituição da República (CRP).



Têm sido muitas as acusações de desrespeito do OE pela Constituição. Esta é mais uma, diz.

O Estado não pode interferir na gestão que os municípios fazem das suas despesas e orçamentos.

JORGE BACELAR GOUVEIA
Constitucionalista

Carnaval de Ovar acusa o Governo de criar desemprego

A Fundação do Carnaval de Ovar foi apontada como exemplo paradigmático do exagero na criação de fundações. O Governo exigiu a respectiva extinção e a câmara cumpriu – só falta assinar a escritura que a extinguirá. O até agora presidente, José Américo Pinto, é que não se conforma: “Irrita-me ver Lisboa a vomitar asneiras. Se a intenção era poupar, falhou completamente: o encerramento da fundação do Carnaval de Ovar vai aumentar a despesa da câmara, porque vai ter de pagar o que até agora era financiado por patrocinadores” da fundação, critica. “Despedimos a única funcionária que tínhamos. Pagámos-lhe 11 mil euros de indemnização. O Governo é que a despediu, e com isto está a aumentar o desemprego do País”, acusou. O Carnaval, esse, continuará a realizar-se, assegura.

CÂMARAS QUE SE OPUSERAM



Castro Fernandes lamenta que o Governo não tenha ouvido a argumentação dos tirsenses.

Santo Thyrso recusa fechar fundação

O Executivo propôs a extinção da fundação Santo Thyrso, que conserva o património têxtil. A Assembleia Municipal decidiu, por maioria, mantê-la e ignorar a ordem do Governo.



Seruca Emídio, autarca de Loulé, admite transformar a fundação numa IPSS, pois presta serviço social.

Loulé vai contestar o encerramento

Desde o início que Loulé tem dito que a fundação António Aleixo, em que participa, é de direito privado e não pode ser extinta. A autarquia vai contestar o fecho junto do Governo.



José Carpinteira diz que a intenção é, por agora, de rejeitar o encerramento da fundação.

Cerveira aprovou moção contra extinção

A Fundação Biental de Cerveira teve ordem de extinção. “A câmara decidiu não a seguir e a Assembleia Municipal aprovou uma moção em que rejeita o seu encerramento”, explica o autarca.



Rui Rio fez aprovar uma proposta que, espera, vai evitar penalizações do Governo.

Rui Rio submete proposta ao TC

Rio quer manter uma das duas fundações que têm de extinguir: a de Desenvolvimento Social do Porto. Já enviou uma proposta para o Tribunal de Contas para evitar penalizações.